

# A Música nas Escolas da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul

*Cristina Rolim Wolffenbüttel*  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
*cristina-wolffenbuttel@uergs.edu.br*

*Daniele Isabel Ertel*  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul  
*dani.ertel@hotmail.com*

**Resumo:** Este artigo apresenta os resultados da pesquisa sobre a presença da música em escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul, sendo estruturada em duas etapas. A etapa inicial foi orientada pela abordagem quantitativa, tendo como método o *survey* interseccional de grande porte. A coleta dos dados foi realizada com o uso de questionários autoadministrados. Foram mapeadas as atividades musicais desenvolvidas nas escolas do estado, bem como os procedimentos adotados pelos professores e/ou pessoas que atuam com a educação musical em escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul. Posteriormente, na segunda etapa, utilizou-se a abordagem qualitativa, sendo o método o estudo multicase. A coleta dos dados foi efetuada por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas em três escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul. Nesta etapa foram entrevistados professores que atuam com música e/ou artes nas escolas, diretores(as) das instituições, além de quatro pais e quatro estudantes das escolas públicas investigadas. Assim, foi possível conhecer quais projetos de música são desenvolvidos nas escolas públicas estaduais, como tem sido desenvolvido o trabalho com banda nas escolas e como a educação musical está inserida nestas instituições de ensino, a partir da adesão ao Programa Mais Educação. A partir dos dados recolhidos e analisados e, considerando-se a Lei nº 11.769, de agosto de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música, entende-se que os resultados deste estudo poderão contribuir para a elaboração de políticas públicas e, conseqüentemente, para a implementação da música nas escolas.

**Palavras-chave:** música na escola; Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul; Lei nº 11.769/2008.

## Introdução

A LDB nº 5.692/71 instituiu o ensino da educação artística nas escolas em todo o país. A partir do estabelecimento desta lei, constatou-se um esvaziamento dos conteúdos específicos das linguagens artísticas, principalmente dos conteúdos musicais, em prol de uma educação dita polivalente, tanto para os professores em formação inicial, quanto para os alunos da escola (HENTSCHKE; OLIVEIRA, 2000). Posteriormente, com a LDB nº

9.394/96, o ensino das artes foi estabelecido como obrigatório nos diversos níveis da educação básica. Todavia, ainda continuaram a existir indefinições e ambiguidades, permitindo múltiplas interpretações.

Os estudos e as pesquisas, desde então, têm buscado um entendimento maior a respeito das políticas públicas para o ensino de música nas escolas (PENNA, 2004a, 2004b; FUKS, 1991; SOUZA *et al.*, 2002; DINIZ, 2005; SANTOS, 2005; DEL BEN, 2005). Apesar das tentativas para garantir a presença do ensino de música na escola, as políticas mais recentes não têm conseguido legitimar esse esforço. Penna (2002), em pesquisa desenvolvida entre os anos de 1999 e 2002, na Grande João Pessoa/PB, afirma que “a música não está conseguindo ocupar com eficiência o espaço que poderia ter na educação básica, atuando para ampliar o alcance e a qualidade da vivência musical dos alunos” (PENNA, 2002, p.7). Em pesquisas empreendidas pela autora foi apontado, ainda, um reduzido número de professores com habilitação em música atuando nas escolas de educação básica, sendo que a maioria destes professores tendiam a optar pela habilitação em Artes Plásticas (PENNA, 2002, p.7). Para a pesquisadora, parece haver uma “preferência pela prática pedagógica e pelo exercício profissional em diversos tipos de escolas de música, em detrimento da atuação nas escolas regulares de educação básica” (PENNA, 2002, p.17).

Apesar deste panorama, estudiosos também têm apontado que o ensino musical não saiu das escolas, mas que o mesmo vem se apresentando de diferentes formas, nem sempre traduzido como ensino curricular (FUKS, 1991; SOUZA *et al.*, 2002; DINIZ, 2005; SANTOS, 2005; DEL BEN, 2005). Investigações acerca da atuação dos professores de música na educação básica apresentam dados sobre um crescimento neste sentido nos espaços extracurriculares. A preferência pelas atividades musicais extracurriculares também é apontada nas pesquisas, sendo externada tanto pelos professores de música (SANTOS, 2005), quanto pelos diretores das escolas de educação básica (DEL BEN, 2005).

Em pesquisa desenvolvida na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre/RS (RME-POA/RS) tenho observado particularidades em relação à atuação dos professores de música (WOLFFENBÜTTEL, 2004). Conforme os dados da pesquisa, esta atuação se dá com maior intensidade no ensino extracurricular,

fora da sala de aula através da oficina de instrumento musical, onde são ministradas aulas de flauta doce, e da oficina de prática de conjunto vocal, caracterizada como canto coral. Há que se considerar que essas oficinas não

atendem à totalidade dos alunos da escola, ficando a maioria deles sem o contato com o ensino musical. Isso se deve ao fato de existir somente um professor de música nessa escola, não existindo carga horária suficiente para que seja possível atender à totalidade dos ciclos. (WOLFFENBÜTTEL, 2004, p. 52-53).

Nessa perspectiva de ampliação dos espaços e tempos escolares e, partindo das possibilidades oferecidas pela LDB 9.394/96 e pelo ensino extracurricular, também é importante considerar que o oferecimento da música nas escolas também pode ser analisado sob a ótica das diferentes configurações da educação musical, bem como dos inúmeros espaços onde pode ocorrer a apropriação e a transmissão musical (KRAEMER, 2000; SOUZA, 2001).

A partir do panorama apresentado e, tendo em vista questionamentos originados de observações em diferentes ambientes escolares, esta pesquisa realizou um mapeamento nas escolas públicas estaduais de educação básica do Rio Grande do Sul, sendo desenvolvida em duas etapas. A etapa inicial partiu dos seguintes questionamentos: Como a educação musical se configura nestas escolas? Quais são as atividades musicais existentes nas escolas? Como, por quem, quando e para quem são desenvolvidas as atividades musicais nas escolas? Quais as funções e os objetivos das atividades musicais desenvolvidas nas escolas?

Os resultados dos questionamentos apontados anteriormente, somados à atual legislação sobre ensino de música na escola direcionaram à continuidade da investigação. Empreendeu-se, portanto, uma segunda etapa na pesquisa, tendo por base os seguintes questionamentos: Quais projetos de música são desenvolvidos nas escolas públicas estaduais? Como tem se desenvolvido o trabalho com banda nas escolas públicas estaduais? Como a educação musical tem sido desenvolvida nas escolas públicas estaduais, considerando-se a adesão ao Programa Mais Educação?

Com base nos questionamentos das duas etapas, a presente pesquisa objetivou investigar as configurações da educação musical nas escolas públicas estaduais do RS.

## **Metodologia**

Esta investigação, como dito, foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa foi utilizada a abordagem quantitativa, o método *survey* interseccional de grande porte e o questionário autoadministrado como técnica para a coleta dos dados. A etapa seguinte foi

norteada pela abordagem qualitativa, sendo o método o estudo multicase e a realização de entrevistas como técnica para a coleta dos dados.

### **Primeira Etapa da Pesquisa: A Abordagem Quantitativa**

Para a abordagem quantitativa utilizou-se um *survey* interseccional de grande porte. O *survey* assemelha-se aos censos. Difere, porém, por examinar uma amostra da população em estudo, ao passo que o censo geralmente implica uma enumeração de toda a população (BABBIE, 1999).

Tornou-se adequado o uso do *survey* nesta pesquisa, pois permitiu construir enunciados sobre a população em estudo, no caso, escolas públicas estaduais do RS (BABBIE, 1999). O *survey* do tipo interseccional foi particularmente escolhido, pois a pesquisa se baseou em informações obtidas em um só ponto temporal, não se constituindo uma coleta longitudinal. Nesse sentido, em um *survey* interseccional, os

dados são colhidos num certo momento, de uma amostra selecionada para descrever alguma população maior na mesma ocasião. Tal *survey* pode ser usado não só para descrever, mas também para determinar relações entre variáveis e época de estudo. (BABBIE, 1999, p.101).

A razão para a escolha do *survey* relacionou-se aos objetivos da pesquisa, pois investigou a educação musical nas escolas públicas estaduais do RS, com vistas a um mapeamento das configurações da área em tais espaços de ensino.

Para a composição da amostragem estratificada, integrante dos critérios para a análise dos dados, participaram 22 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), dentre as 30 existentes no RS. Optou-se pela utilização da representatividade por CREs; desse modo, a amostragem atingiu 73,33% da população, o que é considerado um percentual representativo para fins de generalização (BABBIE, 1999). Os dados da pesquisa foram fornecidos pelas equipes diretivas, professores de música e profissionais que desenvolvem atividades musicais nas escolas públicas estaduais do RS.

A técnica utilizada para coletar os dados foi a aplicação de questionários autoadministrados. A razão para esta escolha justificou-se pelo fato desta técnica possibilitar o acesso a diversos dados com uma parcela maior da população em estudo, no caso desta investigação, escolas públicas estaduais do RS.

A partir de estudos em educação musical (SOUZA *et al.*, 2002; SOUZA, 2001; HENTSCHKE; OLIVEIRA, 2000; KRAEMER, 2000), os dados foram analisados, com vistas à compreensão de como a música se configura nas escolas públicas estaduais do RS.

## **Segunda Etapa da Pesquisa: A Abordagem Qualitativa**

Para a continuidade desta pesquisa foi realizada a etapa qualitativa, procurando aprofundar dados coletados na etapa inicial. Para este propósito utilizou-se a abordagem qualitativa.

O principal fundamento da abordagem qualitativa é a imersão do pesquisador no contexto e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa (KAPLAN, DUCHON, 1988). Proporciona, porém, uma oportunidade de ir além das aparências superficiais do cotidiano. Permite, também, fazer uma análise teórica dos fenômenos sociais, baseada na vida diária das pessoas e na aproximação crítica das categorias e formas pelas quais se configura essa experiência do dia-a-dia.

Na segunda etapa da investigação utilizou-se o estudo multicasos como método. O objetivo do estudo multicasos é compreender especificidades e semelhanças, com vistas a uma melhor aferição sobre os resultados (STAKE, 1994; YIN, 2005). A razão para a escolha do estudo multicasos relaciona-se ao objetivo desta pesquisa, investigar as configurações da educação musical em escolas públicas estaduais do Rio Grande do Sul.

A técnica para a coleta dos dados foi a entrevista semiestruturada. Todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, para identificar os projetos de música que são desenvolvidos nas escolas públicas estaduais, conhecer o trabalho com bandas em escolas públicas estaduais, bem como analisar como a educação musical se apresenta no Programa Mais Educação nas escolas.

## **Resultados da Pesquisa**

Os resultados alcançados nesta pesquisa foram possíveis devido à parceria entre a equipe desta investigação e a Secretaria de Estado da Educação do RS (SEDUC).

As escolas públicas estaduais encontram-se organizadas em 30 Coordenadorias Estaduais de Educação (CREs), sendo as mesmas responsáveis pela supervisão educacional

em diversas cidades gaúchas. A Tabela 1 apresenta o mapeamento geral da música nas escolas públicas estaduais do RS.

Tabela 1: Quadro da Configuração da Música nas Escolas Públicas Estaduais do RS

Coordenadoria Regional de Educação	Número de Municípios	Número de Professores de Música	Número de Professores de Música Atuantes	Número de Escolas com Projetos de Música	Número de Escolas com Banda
1ª Porto Alegre	1	22	16	36	8
2ª São Leopoldo	38	5	5	16	13
3ª Estrela	32	3	-	28	7
4ª Caxias do Sul	14	10	10	18	7
5ª Pelotas	18	0	0	2	3
6ª Santa Cruz do Sul	18	9	3	14	8
7ª Passo Fundo	32	14	14	9	7
8ª Santa Maria	23	7	-	23	12
9ª Cruz Alta	11	2	1	10	3
10ª Uruguaiana	5	3	0	7	21
11ª Osório	24	17	10	12	13
12ª Guaíba	19	0	5	22	17
13ª Bagé	7	1	1	5	5
14ª Santo Ângelo	11	1	4	12	11
15ª Erechim	42	0	2	10	6
16ª Bento Gonçalves	25	5	4	7	3
17ª Santa Rosa	22	4	6	7	4
18ª Rio Grande	4	1	-	-	11
19ª Livramento	5	4	-	16	26
20ª Palmeira das Missões	28	4	4	9	6
21ª Três Passos	19	2	-	12	5
23ª Vacaria	9	2	1	2	8
24ª Cachoeira do Sul	11	9	4	8	4
25ª Soledade	18	7	7	5	3
27ª Canoas	5	0	0	2	-
28ª Gravataí	5	6	-	22	9
32ª São Luiz Gonzaga	11	1	0	11	8
35ª São Borja	7	0	0	-	24
36ª Ijuí	12	0	0	11	6
39ª Carazinho	21	2	3	6	-
<b>30 CRES</b>	<b>497</b>	<b>141</b>	<b>100</b>	<b>342</b>	<b>258</b>

Fonte: Secretaria de Estado da Educação.

Observa-se, na Tabela 1, que o número de professores de música nas escolas públicas estaduais é de 141. Porém, destes, apenas 100 encontram-se atuando na área. Outro dado é o número de escolas que possuem projetos de música e banda escolar, 342 e 258, respectivamente. De acordo com dados da SEDUC, a existência de projetos e bandas deve-se

à adesão das escolas a diversos projetos, tanto propostos pelo governo, quanto de outras instituições, destacando-se o Programa Mais Educação, do Governo Federal.

Através de uma verificação *in loco*, realizada em algumas das escolas públicas estaduais, na segunda etapa desta pesquisa, constatou-se que o número de professores com habilitação específica em música é bastante reduzido, e o número de professores atuantes é maior, sendo em sua maioria graduados em outras áreas do conhecimento. Estes dados, juntamente com os questionários autoadministrados, revelam este panorama do RS.

Em se tratando dos questionários autoadministrados, tem-se que todas as CREs foram contatadas, havendo um repasse dos questionários para todas as escolas sob a coordenação das CREs. Foram obtidas respostas de 259 escolas públicas estaduais, de 115 municípios gaúchos, além de 173 professores de música e/ou profissionais de outras áreas que desenvolvem atividades musicais.

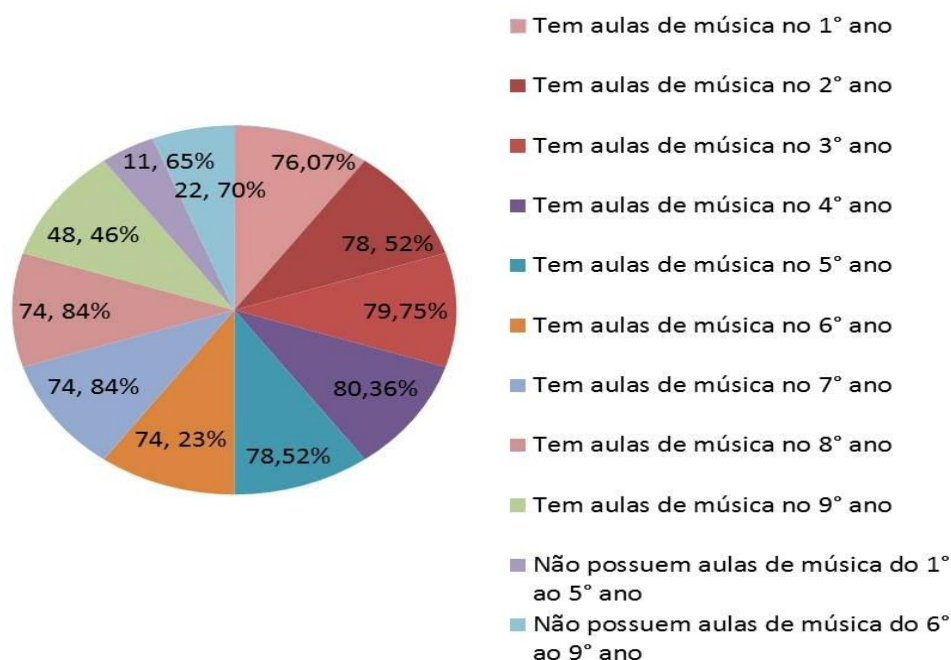
Na busca pelas configurações da educação musical nas escolas públicas estaduais do RS foram encontrados os seguintes dados. Das 259 escolas respondentes, 169 (65,25%) oferecem atividades musicais em seus tempos e espaços, enquanto que 72 escolas (27,79%) revelaram não oferecer nenhum tipo de atividade musical. Ao todo, 18 escolas (6,94%) não responderam esta questão.

Quanto às séries/anos em que são desenvolvidas as atividades musicais, os dados revelaram haver aulas de música em todas as séries/anos da educação básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Das 163 escolas respondentes a esta questão, 53 indicaram possuir atividades musicais na Educação Infantil (32,51%) e 110 escolas (67,48%) responderam não possuir atividades musicais.

No Ensino Fundamental, como é possível observar no gráfico 1, há diferenças do 1º ao 9º ano, sendo que em algumas séries/anos predominam aulas de música em comparação a outras atividades.



Gráfico 1: Música no Ensino Fundamental



Além das informações constantes no gráfico, tem-se que 57% das escolas respondentes não possuem Ensino Médio, apenas o Ensino Fundamental, e 57 escolas (34,96%) trabalham com educação musical, porém não especificaram os anos/séries.

Dentre os professores respondentes há 26 professores (15,02%) e 128 professoras (73,98%), entre 20 e 70 anos de idade, sendo oriundos de 73 municípios diferentes. Observou-se que há mais mulheres lecionando música do que homens; porém, professores do sexo masculino possuem maior formação musical, incluindo a licenciatura em música. Os dados revelam que muitos dos profissionais que atuam com música nas escolas públicas estaduais são de outras áreas do conhecimento mas que, pelo fato de gostarem de música, acabam atuando profissionalmente na área. As aulas que incluem música são, muitas vezes, aulas de educação artística (ainda muito presente nas escolas de modo geral) em que são desenvolvidas atividades musicais por parte destes professores.

Neste sentido, a falta de formação dos professores nas escolas é apontada pelas instituições como um problema a ser enfrentado. Dentre as instituições respondentes, 199 (76,83%) encontram dificuldades para a realização das atividades musicais, justificando



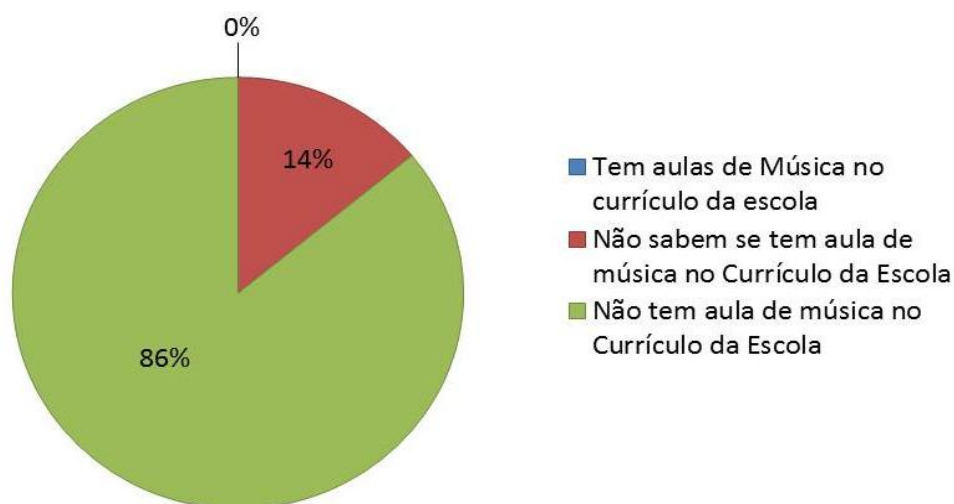
diversas necessidades, como professores habilitados, espaço físico adequado, materiais e instrumentos necessários para trabalhar com música e carga horária no currículo.

Ao analisar os dados, destacam-se práticas que têm crescido em diversas escolas do Brasil, principalmente programas oriundos do Ministério da Educação, notadamente o Programa Mais Educação. Deste modo, muitas das escolas públicas estaduais têm aderido a este programa. Esta adesão, de acordo com as escolas, bem como com a Secretaria de Estado da Educação, tem garantido o atendimento à Lei 11.769/08. Alguns dos 173 professores investigados também responderam ser esta a atuação com música nas escolas. Neste particular é importante salientar que esta prática pode se apresentar como um problema, caso esta seja a única possibilidade pensada para a efetiva inserção da música na escola. Porém, não se pode deixar de considerar a importância deste programa que não se revela como a “resolução” da inserção da música nas escolas, mas um potencializador do que já deve existir nos diversos tempos e espaços escolares.

Na segunda etapa da pesquisa foram selecionadas três escolas públicas do RS, dentre as mapeadas na etapa inicial, sendo suas localizações as cidades de Montenegro, Porto Alegre e Salvador do Sul.

Foram entrevistados diretores, professores, estudantes e pais, de cada escola, totalizando 29 entrevistas. Na realização das entrevistas solicitou-se a todos os entrevistados uma autorização para a utilização das entrevistas realizadas. O gráfico 2, apresentado a seguir, apresenta o resultado das escolas com música no currículo.

Gráfico 2: Escolas com Música no Currículo



Ao analisar os dados do gráfico 2, observa-se que a música não tem aparecido no currículo das escolas, com 86% de respostas neste sentido. Inúmeros fatores impedem que a educação musical faça parte do currículo das escolas públicas, como espaços físicos inadequados e a falta de profissionais trabalhando na área. De acordo com a direção da escola de Salvador do Sul, é necessário “ter pessoas e recursos humanos suficientes para atender a todas as escolas. É isso que eu vejo hoje! A realidade aqui no Rio Grande do Sul ainda não é essa!”.

Sem recursos e incentivos financeiros, as escolas também não conseguem manter os projetos de música nas escolas. De acordo com os entrevistados, a tabela a seguir apresenta o número de projetos nas escolas investigadas.

Tabela 2: Escolas e Projetos de Música

Nome da Escola	Existem projetos de música	Desconhecem a existência de projetos de música na escola	Inexistem projetos de música
Escola de Montenegro	2 Entrevistados	2 Entrevistados	4 Entrevistados
Escola de Porto Alegre	-	1 Entrevistado	9 Entrevistados
Escola de Salvador do Sul	-	-	11 Entrevistados

Na escola de Salvador do Sul constatou-se a existência de uma professora que atua com música, sendo responsável pela Banda Marcial. No entanto, ela não atua em sala de aula. Como visto na tabela 1 as bandas escolares aparecem em grande parte das escolas públicas estaduais. Nas escolas pesquisadas na segunda etapa desta pesquisa, no entanto, apenas esta escola possui banda.

Quanto ao Programa Mais Educação, as três escolas respondentes afirmaram ter a ele aderido;, porém somente a escola de Salvador do Sul oferece a música, o que ocorre através do ensino coletivo de instrumentos de cordas. As demais escolas optaram pelo trabalho com teatro. De acordo com esta escola:

Até a gente pediu para aderir, para nossa escola participa desse projeto Mais Educação, e a gente está iniciando agora este ano. As oficinas que têm são

oficinas de esporte em geral, então: salão, vôlei, todas as modalidades de esporte. A música, então, também com várias modalidades, vários instrumentos musicais!

A tabela 3 apresenta uma síntese dos resultados da pesquisa, considerando-se as duas etapas realizadas.

Tabela 3: Educação Musical nas Escolas Públicas Estaduais do RS/Etapa Qualitativa

<b>Escola</b>	<b>Professores de Música Atuantes</b>	<b>Possui Música no Currículo</b>	<b>Possui Projetos de Música</b>	<b>Possui Banda Escolar</b>
Escola de Montenegro	-	-	-	-
Escola de Porto Alegre	-	-	-	-
Escola de Salvador do Sul	01	-	-	01

### **Considerações Finais**

Ao analisar os dados obtidos através da realização das duas etapas desta pesquisa considera-se que há, ainda, um longo caminho a ser trilhado para a efetiva inserção da música nas escolas públicas estaduais do RS. Conhecendo-se que o número de escolas públicas estaduais do RS é de 2.603, e, até o momento, há apenas 141 professores com formação específica em música, e destes, apenas 100 professores estão atuando, este panorama revela-se deveras desafiador.

Para tanto, entende-se que a presença da música nas escolas deverá ser planejada com muito cuidado, considerando-se ações a curto, médio e longo prazo. Entende-se que a LDB 9.394/96 concede autonomia às escolas para elaborarem seus projetos político pedagógicos e para gerenciarem seus espaços e tempos escolares, incluindo os espaços da música. Do mesmo modo, a Lei 11.769/2008 dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na escola, sendo outra possibilidade da inserção da música na escola. Deve-se acrescentar à análise as Diretrizes Nacionais para a Operacionalização do Ensino de Música na Educação Básica, de 4 de dezembro de 2013, que apresenta muitas contribuições para o processo de inserção da música na escola, inclusive apontando incumbências para as escolas, secretarias de educação, conselhos de educação e instituições de ensino superior.

Considerando-se todos estes aspectos, entende-se ser primordial que o poder público analise com profundidade os dados apresentados nesta pesquisa, que se encontra em sintonia

com diversas investigações no país, a fim de planejar ações de efetiva inserção da música nas escolas públicas.

## Referências

- BABBIE, E. *Métodos de pesquisas de survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 5.692/71*. Brasília: 1971.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96*. Brasília: 1996.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 11769/08*. Brasília: 2008.
- DEL BEN, L. M. *Um estudo com escolas da rede estadual de ensino básico de Porto Alegre – RS: subsídios para a elaboração de políticas de educação musical*. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Departamento de Música. Porto Alegre, agosto, 2005.
- DINIZ, L. N. *Música na educação infantil: um survey com professoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre - RS*. 2005. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- FUKS, R. *O discurso do silêncio*. Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.
- HENTSCHKE, L.; OLIVEIRA, A. A educação musical no Brasil. In.: *A educação musical em países de línguas neolatinas*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000, p.47-64.
- KAPLAN, B., DUCHON, D. *Combining qualitative and quantitative methods in information systems research: a case study*. MIS Quaterly. V.12, n.4, December, p.571-586, 1988.
- KRAEMER, R. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. In: *Em Pauta*, Porto Alegre, V.11, n. 16/17, abr./nov., p.50-73, 2000.
- PENNA, M. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa. In: *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 7, set. 2002, p.7-19.
- \_\_\_\_\_. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - I analisando a legislação e os termos normativos. In: *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 10, mar. 2004a, p.19-28.
- \_\_\_\_\_. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: - II da legislação à prática escolar. In: *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 11, set. 2004b, p.7-16.
- \_\_\_\_\_. Caminhos para a conquista de espaços para a música na escola: uma discussão em aberto. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 19, 57-64, mar. 2008.
- \_\_\_\_\_. Mr. Holland, o professor de música na educação básica e sua formação. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 23, 25-33, mar. 2010.

SANTOS, R M. S. Música, a realidade nas escolas e políticas de formação. In: *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 12, mar, 2005, p.49-56.

SOUZA, J. Múltiplos espaços e novas demandas profissionais: reconfigurando o campo da educação musical. In: X ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 2001, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: 2001, p.85-92.

SOUZA, J. *et al.* A música na escola. In: *O que faz a música na escola? Concepções e vivências de professores do ensino fundamental*. Série Estudos. Porto Alegre, novembro, 2002.

STAKE, R. E. Cases studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage, 1994, p.236-247.

WOLFFENBÜTTEL, C. R. *Vivências e concepções de folclore e música folclórica: um survey com alunos de 9 a 11 anos do ensino fundamental*. 2004. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Música, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamentos e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 3ª edição, 2005.